



Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) nº 32-2018 – SIAM nº 0707455/2018			
PA COPAM Nº: 03606/2006/006/2018		SITUAÇÃO: Sugestão pelo Deferimento	
EMPREENDEDOR: Helur Indústria e Comércio Ltda		CNPJ:	02.910.947/0001-65
EMPREENDIMENTO: Helur Indústria e Comércio Ltda		CNPJ:	02.910.947/0001-65
MUNICÍPIO: Sarzedo		ZONA:	Urbana
CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE: Não há incidência de critério locacional.			
CÓDIGO: F-05-07-1	ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 217/2017): Reciclagem ou Regeneração de outros resíduos classe 2 (não perigosos) não especificados.	CLASSE 3	CRITÉRIO LOCACIONAL 0
CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO: AAS Engenharia Ambiental Aline Diniz e Silva		REGISTRO: CNPJ: 03.576.081/0001-60 ART: 14201800000004651564	
AUTORIA DO PARECER		MATRÍCULA	ASSINATURA
Mateus Romão Oliveira – Gestor Ambiental Karoline Eva Ramos Lima – Estágio Supervisionado		1.363.846-5 -	
De acordo: Liana Notari Pasqualini Diretora Regional de Regularização Ambiental		1.312.408-6	



Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) nº 32-2018

A atividade objeto deste licenciamento é a reciclagem ou regeneração de outros resíduos classe 2 (não perigosos) não especificados, cuja capacidade instalada é de 27 t/dia, enquadrado em classe 3 pela DN COPAM 217/2017, o que justifica a adoção do procedimento simplificado, tendo em vista a incidência do critério locacional zero.

O empreendimento HELUR Indústria e Comércio Ltda. possui como atividade principal a reciclagem de alumínio e fundição de sucatas e borras adquiridas de empreendimentos sucateiros. O alumínio é beneficiado e revendido como matéria-prima em forma de lingote, estrelas e gotas para a formação de ligas metálicas na fundição.

A atividade é exercida no município de Sarzedo – MG desde novembro de 2005. Em 09 de agosto de 2018, foi formalizado na Supram Central Metropolitana o processo administrativo (PA) de Licenciamento Ambiental Simplificado (LAS) de nº 03606/2006/006/2018, via Relatório Ambiental Simplificado (RAS).

No dia 03 de setembro de 2018 a SUPRAM CM enviou ofício nº 1787/2018 DREG/SUPRAMCM/SEMAD/SISEMA ao empreendedor solicitando informações complementares para subsidiar a decisão do pedido de licenciamento. O empreendedor apresentou as informações solicitadas tempestivamente em 27 de setembro de 2018 através do protocolo SIAM nº R0166294/2018.

Anteriormente, o empreendimento desenvolvia a atividade acobertado pela Licença de Operação em Caráter Corretivo – LOC nº 119/2011, vencida em 30 de maio de 2017. O empreendedor realizou o pedido de renovação da licença por meio do PA nº 03606/2006/005/2017, a qual foi indeferida pelo COPAM em 17/07/2018 por não ter apresentado desempenho ambiental satisfatório, além de ter sido verificado o descumprimento de algumas condicionantes da licença anterior.

O empreendimento está implantado em uma área total de 22.000 m², dos quais 6.500 m² correspondem à área efetivamente construída. A atividade se desenvolverá em três turnos de trabalho, com um número total de 63 funcionários.

Como principais impactos inerentes à atividade e devidamente mapeados no RAS, tem-se a geração de efluentes líquidos, as emissões atmosféricas e a geração de resíduos sólidos.

A água utilizada pelo empreendimento é para consumo humano (sanitários e refeitórios), sendo consumido em média 55,56 m³/mês e é proveniente da concessionária Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA.

Os efluentes líquidos são oriundos dos efluentes domésticos (sanitários e cozinha/refeitório) e possuem a expectativa de geração de 3,7 m³ por dia. Para o tratamento dos efluentes sanitários, o empreendedor utiliza uma ETE sanitária composta por sistema fossa séptica, filtro anaeróbico e sumidouro. Os efluentes gerados na cozinha e no refeitório passam primeiramente por uma caixa de gordura para posterior encaminhamento à fossa séptica. A caixa de gordura é limpa de 15 em 15 dias, sendo a borra da caixa de gordura, bem como o lodo da fossa séptica, coletados por caminhão vácuo pela empresa Desentupidora Palmira Ltda. e encaminhados para uma lagoa de estabilização.



Para a verificação da eficiência do sistema, é realizada análise semestral dos parâmetros: DBO, DQO, óleos e graxas, pH, sólidos sedimentáveis, sólidos suspensos, surfactantes e temperatura. Foram apresentados laudos de monitoramento dos efluentes provenientes da ETE sanitária (entrada e saída) realizados em junho e setembro de 2018 pelo laboratório CEEL Consultoria e Análises Ambientais, responsável técnico Ricardo Antônio Cardoso CRQ nº 02419652, com resultados em conformidade com a Deliberação Normativa Conjunta COPAM/CERH nº 01/2008.

As emissões atmosféricas serão provenientes dos fornos rotativos I, II e III. As emissões serão capturadas pelas coifas e direcionado para um dos dois filtros de mangas existentes, sendo então liberados. É realizado o monitoramento na saída da chaminé do material particulado emitido. Foram apresentados relatórios de monitoramento atmosférica de fonte estacionária dos 3 fornos realizados em julho e setembro de 2018 pelo laboratório ECOAMB Pesquisas Ambientais, responsável técnico Agda Araújo França CRQ/MG 02202413, com resultados de material particulado em conformidade com a Deliberação Normativa COPAM nº 187/2013.

Considerando que o empreendimento utiliza como combustível o gás GLP nos fornos, será solicitado neste parecer a inclusão do parâmetro NOx no automonitoramento de efluentes atmosféricos, de acordo com a DN COPAM 187/2013.

Os resíduos sólidos gerados serão compostos por: resíduos do forno rotativo, resíduos de britagem e lixo comercial. Segundo informado no RAS, é realizada a separação do lixo comercial em “secos e úmidos”, sendo os resíduos úmidos coletados pela prefeitura e os secos por catadores da cidade. Os resíduos industriais se caracterizam por escórias de alumínio (resíduos do forno rotativo), mantidas em caçambas metálicas para posteriormente serem vendidas para a empresa Repet Comércio de Reciclagem LTDA e também pelos resíduos de britagem, que também são dispostos em caçambas metálicas e depois levados pela transportadora RODOCICLA Transportes ao aterro industrial da empresa Essencis MG Soluções Ambientais. Ressalta-se que todas as empresas supracitadas se encontram devidamente licenciadas e os comprovantes de recebimento de resíduos foram devidamente apresentados, em resposta às informações complementares.

Conforme apresentado nos estudos, a atividade desenvolvida pelo empreendimento não se baseia em equipamentos que produzam ruídos ou vibrações propagadas fora dos limites da propriedade. Ainda assim, o empreendedor apresentou laudo de monitoramento de ruído realizado em cinco pontos nos limites reais de propriedade do empreendimento. As medições foram realizadas em julho de 2018 sob responsabilidade técnica de Aline Diniz e Silva, ART nº 14201800000004651554, e os valores encontrados estão abaixo dos limites estabelecidos pela ABNT NBR-10.151 – Junho/2000. Considerando os baixos valores de ruídos apresentados e que o empreendimento está localizado em um distrito industrial, não será condicionado a este parecer a realização de automonitoramento de ruídos.

Em conclusão, com fundamento nas informações constantes do Relatório Ambiental Simplificado (RAS), sugere-se a concessão da Licença Ambiental Simplificada ao empreendimento “**Helur Indústria e Comércio Ltda**”, para atividade de “reciclagem ou regeneração de outros resíduos classe 2 (não perigosos) não especificados”, no município de Sarzedo – MG, pelo prazo de 10 anos.



ANEXO I

Condicionantes para Licença Ambiental Simplificada do empreendimento “Helur Indústria e Comércio Ltda”.

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
01	Executar o Programa de Automonitoramento, conforme definido no Anexo II, demonstrando o atendimento aos padrões definidos nas normas vigentes.	Durante a vigência da licença

* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.

IMPORTANTE

Os parâmetros e frequências especificadas para o Programa de Automonitoramento poderão sofrer alterações a critério da área técnica da Supram Central Metropolitana, face ao desempenho apresentado;

Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.



ANEXO II

Programa de Automonitoramento da Licença Ambiental Simplificada do empreendimento “Helur Indústria e Comércio Ltda”.

1. Efluentes Líquidos

Local de amostragem	Parâmetro	Frequência de Análise
Na entrada e na saída da ETE sanitária (conjunto fossa-filtro-sumidouro)	DBO (mg/L), DQO (mg/L), Fósforo total (mg/L), Nitrato (mg/L), Nitrogênio amoniacal total (mg/L), Óleos e graxas (mg/L); pH, Substâncias tensoativas (mg/L).	Semestral

⁽¹⁾ O plano de amostragem deverá ser feito por meio de coletas de amostras compostas para os parâmetros DBO e DQO pelo período de no mínimo 8 horas, contemplando o horário de pico. Para os demais parâmetros deverá ser realizada amostragem simples.

Local de amostragem: efluente bruto: Antes da entrada da fossa. Saída do Conjunto fossa filtro sumidouro (efluente tratado): após o filtro

Relatórios: Enviar **anualmente** à Supram Central Metropolitana até o dia 10 do mês subsequente, os resultados das análises efetuadas. O relatório deverá ser de laboratórios em conformidade com a DN COPAM n.º 216/2017, especificar o tipo de amostragem e conter a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pela amostragem, além da produção industrial e do número de empregados no período.

Deverá ser anexado ao relatório o laudo de análise do laboratório responsável pelas determinações.

Constatada alguma inconformidade, o empreendedor deverá apresentar justificativa, nos termos do §2º do art. 3º da Deliberação Normativa nº 165/2011, que poderá ser acompanhada de projeto de adequação do sistema de controle em acompanhamento.

Na ocorrência de qualquer anormalidade nos resultados das análises realizadas durante o ano, o órgão ambiental deverá ser imediatamente informado, inclusive das medidas de mitigação adotadas.

Método de análise: Normas aprovadas pelo INMETRO ou, na ausência delas no *Standard Methods for Examination of Water and Wastewater*, APHA-AWWA, última edição.



2. Resíduos Sólidos

Enviar **anualmente** à Supram Central Metropolitana, os relatórios mensais de controle e disposição dos resíduos sólidos gerados contendo, no mínimo, os dados do modelo abaixo, bem como a identificação e a assinatura do responsável técnico pelas informações.

Resíduo				Transportador		Disposição final				Obs.	
Denominação	Origem	Classe NBR 10.004 ¹	Taxa de geração kg/mês	Razão social	Endereço completo	Forma ²	Empresa responsável				
							Razão social	Endereço completo	Licenciamento ambiental		
									Nº processo		Data da validade

(¹) Conforme NBR 10.004 ou a que sucedê-la.

(²) Tabela de códigos para formas de disposição final de resíduos de origem industrial

- 1- Reutilização
- 2 - Reciclagem
- 3 - Aterro sanitário
- 4 - Aterro industrial
- 5 - Incineração
- 6 - Co-processamento
- 7 - Aplicação no solo
- 8 - Estocagem temporária (informar quantidade estocada)
- 9 - Outras (especificar)

Em caso de transporte de resíduos sólidos Classe I - perigosos, deverá ser informado o número e a validade do processo de regularização ambiental do transportador.

Em caso de alterações na forma de disposição final dos resíduos sólidos em relação ao Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos apresentado, a empresa deverá comunicar previamente à Supram para verificação da necessidade de licenciamento específico.

Fica proibida a destinação de qualquer resíduo sem tratamento prévio, em áreas urbanas e rurais, inclusive lixões e bota-fora, conforme Lei Estadual nº 18.031/2009. Para os resíduos sólidos Classe I – perigosos, e para os resíduos de construção civil, a referida lei também proíbe a disposição em aterro sanitário, devendo, assim, o empreendedor cumprir as diretrizes fixadas pela legislação vigente quanto à destinação adequada desses resíduos. Os resíduos de construção civil deverão ser gerenciados em conformidade com as Resoluções Conama nº 307/2002 e nº 348/2004.

As doações de resíduos deverão ser devidamente identificadas e documentadas pelo empreendedor. Desse modo, as notas fiscais de vendas e/ou movimentação, bem como documentos identificando as doações de resíduos poderão ser solicitados a qualquer momento para fins de fiscalização. Portanto, deverão ser mantidos disponíveis pelo empreendedor.



3. Efluentes Atmosféricos

Local de amostragem	Parâmetros	Frequência
Chaminés do filtro de mangas dos Fornos Rotativos I, II e III.	Material Particulado e NOx.	Semestral

Relatórios: Enviar, anualmente, à Supram-CM, os resultados das análises efetuadas, acompanhados pelas respectivas planilhas de campo e de laboratório, bem como dos certificados de calibração do equipamento de amostragem. O relatório deverá conter a identificação, registro profissional, anotação de responsabilidade técnica e a assinatura do responsável pelas amostragens. Deverão também ser informados os dados operacionais. Os resultados apresentados nos laudos analíticos deverão ser expressos nas mesmas unidades dos padrões de emissão previstos na DN COPAM nº 187/2013 e na Resolução CONAMA nº 382/2006.

Na ocorrência de qualquer anormalidade nos resultados nas análises realizadas durante o ano, o órgão ambiental deverá ser imediatamente informado, bem como a medida mitigadora adotada.

Método de amostragem: Normas ABNT, CETESB ou *Environmental Protection Agency* – EPA.